

A REVOLTA DA VACINA

Felipe Parischi **FALSARELLI**¹

RESUMO

O presente artigo visa inserir o episódio da “Revolta da Vacina” em uma discussão bibliográfica capaz de elucidar aspectos e fatores que contribuam para uma construção teórica explicativa do mesmo. A abordagem que se segue é parte integrante de um trabalho mais amplo, e devido a isto, limita-se a analisar exclusivamente o episódio. Dá-se ênfase às discussões a respeito das frações sociais presentes no motim, suas experiências sociais no Distrito Federal e, sobretudo, as possíveis causas responsáveis por levar uma massa de populares às ruas em uma luta encarniçada contra a força policial do estado do Rio de Janeiro em 1904.

PALAVRAS-CHAVE

Revolta da Vacina. Modernização. História Social.

Introdução

Nestas linhas preliminares, contextualizar-se-á o episódio da “Revolta da Vacina” ocorrido no Rio de Janeiro em 1904 em função de ser a seção a seguir uma análise exclusivamente detida ao evento, sendo este originalmente o último capítulo de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em fins de 2016 à FIRA (Faculdades Integradas Regionais de Avaré), com algumas modificações, realizadas para esta ocasião, visando aperfeiçoá-lo naturalmente.

¹ Graduado em História - FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré–Avaré-SP–Brasil – grosolen.junior@hotmail.com

Tem-se em mente que toda “revolução, revolta e insurgência” popular caracterizam-se como uma forma de linguagem das massas que, normalmente, só se dão a conhecer aos pesquisadores através de estudos quantitativos como censos demográficos e dados ocupacionais, o que explica a escolha do presente objeto de estudo. Sendo a

Revolta um momento de ação, onde os agentes sociais se fazem presentes de maneira mais expressiva, resta ao historiador compreender os significados desta ação coletiva que define tão bem o sentido de uma verdadeira revolta popular.

O episódio insere-se, portanto, num processo histórico pelo qual passava a sociedade brasileira desde meados da segunda metade do século XIX, de transição da ordem escravista para a ordem burguesa; ou, em outras palavras, de transformação do regime de trabalho baseado na mão de obra escrava para a assalariada. Tal processo se deu em todas as sociedades capitalistas, pois constitui o período da “assim chamada acumulação primitiva” do capital, conforme constatou Marx (1996) no capítulo XXIV da célebre obra *O Capital*. Processo este onde se dá a separação entre o trabalhador e o meio de produção. Os métodos empregados, porém, na realização desta “acumulação primitiva”, segundo o autor: “[...] são tudo, menos idílicos”, referindo-se à narrativa utilizada pelos economistas de sua época que negligenciavam “[...] a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência [...]” (MARX, 1996, p. 340.) com meios usuais e comuns neste que é, sem dúvidas, um verdadeiro processo de expropriação dos trabalhadores que até então estavam ligados à “propriedade das condições de realização do trabalho”.

Esse processo inicia-se, pelo menos no âmbito das mentalidades, após a decretação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que suprimiu, de uma vez por todas, o comércio de escravos no Brasil. Coincidentemente é também o ano em que se decreta a Lei de Terras, cujo efeito prático consistia em cobrar valores altíssimos para que somente cidadãos abastados pudessem adquirir propriedade, deixando os homens livres literalmente livres dos meios de produção. A partir deste momento, as classes dominantes começam a se preocupar com o provável fim do estatuto da escravidão, sendo seu universo ideológico pressionado a se adaptar às mudanças decorrentes desse fato. Se o Brasil teria que se livrar de uma instituição que havia perdurado por cerca de 300 anos, era necessário, assegurar que essa transição fosse efetuada de maneira a conservar a ordem econômica e social, livrando-a de qualquer abalo.

Coloca-se, nesse ponto, a questão, para as classes dominantes, de transformarem os recém-libertos, os homens “livres”¹ em trabalhadores, isto é, em os forçarem a vender

¹ Como Marx (1996) entende o significado duplo da palavra: “trabalhadores livres”, livres “[...] porque não pertencem diretamente aos meios de produção, com os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem [...] estão livres, soltos e desprovidos dele.” (MARX, 1996, p. 340).

sua força de trabalho. Para isto, os legisladores se encarregariam de criarem dispositivos constitucionais voltados à repressão à vadiagem. Faz-se necessário retomar esse contexto porque, como se verá ao longo do artigo, grande parte dos amotinados era alvo desta política de “disciplina” e repressão à vadiagem levada a cabo pelo estado brasileiro. A imprensa, as autoridades policiais e os políticos, de modo geral, estimulavam e legitimavam a repressão contra estes libertos, visando transformá-los em verdadeiros trabalhadores, educando-os para que enxergassem o trabalho como “valor supremo da vida em sociedade [...]”, como “[...] elemento característico da vida “civilizada””. (CHALHOUB, 2012, p. 69).

Fora estas pressões exercidas sobre os libertos, resultado de uma “nova ética de trabalho”, formulada recentemente em fins do século XIX, que, por consequência, prejudicava os brasileiros não brancos na disputa pela viabilização de sua sobrevivência material em um “mercado” capitalista em formação, tinham ainda que enfrentar uma política higiênica, extremamente autoritária, expressão cultural da classe dominante da época, que destruía suas práticas costumeiras de lidarem com a doença e a cura. Nesse sentido, a Revolta da Vacina, como se tentará mostrar, tem suas razões explicitadas a partir de uma análise que leve em consideração elementos profundamente enraizados na cultura popular, como as práticas religiosas, os procedimentos de cura “não oficiais”, o curandeirismo e as experiências vividas pela classe trabalhadora, violentamente expulsa de cortiços devido a políticas sanitárias, e em condições extremamente desfavoráveis para certa parcela da população no que tange a concorrência num mercado de trabalho que valoriza excessivamente a mão de obra imigrante.

A Revolta da Vacina

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus.” (THOMPSON, 1987, p.10).

A Revolta da Vacina, assim denominada pela historiografia tradicional, convencionou explicar o evento como uma reação, por parte dos “populares”, a uma série de atos do governo que interferiam diretamente na vida cotidiana dos cariocas.

A primeira objeção possível de ser feita a esta explicação refere-se à forma utilizada, que define rigorosamente o agressor (Estado) e os agredidos (“populares”), impedindo de entender o evento como sendo resultado de uma luta de classes. A frase já polêmica e discutida incansavelmente de Marx sobre o que movimenta a história permanece dramaticamente atual. Marx abre o *Manifesto do Partido Comunista* de forma categórica com a seguinte frase: “A história de toda a sociedade até aqui é a história da luta de classes.” Contudo, essa concepção de história é ignorada nas abordagens tradicionais, e, no que se refere ao objeto aqui trabalhado, é totalmente esquecida. É verdade, porém, que mesmo Marx não deu a devida preocupação em relação a esta problemática justamente porque ela não constituía o elemento central de sua pesquisa, sendo os estudos do *Capital*, através da economia política, seu verdadeiro empenho e incomparável contribuição. Esta pesquisa tornou evidente que a revolta deu-se em um momento onde uma fração da classe dominante brasileira havia se apoderado totalmente do aparelho estatal e dele serviu-se para satisfazer seus interesses; e, embora tenha existido reação por parte dos populares, a elite, detentora da força do estado, esmagou todos aqueles se opuseram a sua política autoritária. J. M. de Carvalho bem notou que “O Império tornara-se um empecilho ao dinamismo desses setores [...]” (CARVALHO, 1987, p. 46). Os setores a que Carvalho se refere são os dominantes, sejam eles rurais ou urbanos, e, desta forma, a República nasceu como, poderíamos dizer, propriedade particular desses setores, que antes tinham como freio de suas ações o Imperador juntamente com seus poderes quase absolutos.

É possível perceber na Revolta da Vacina que a “identidade de classe” dos insurgentes divide-se em duas, ao mesmo tempo em que integram uma mesma categoria social. Os amotinados pertencem à categoria social dos trabalhadores assalariados; no entanto, identificam-se de um lado as “classes perigosas”, segundo a denominação da época, e, do outro, os “trabalhadores organizados politicamente”. Os espaços ocupados por esses grupos sociais no Rio de Janeiro de 1904 representam significados distintos em relação as suas ações coletivas. Por um lado, as “classes perigosas” sofriam daquilo que Chalhoub (1996) descreveu como “suspeição generalizada”, por terem em suas costas a vigilância diária da força policial, fato que se associa especialmente ao período de transição do regime de trabalho escravista para o assalariado; por outro, a obrigatoriedade da vacina afetava-os diretamente, destruindo suas concepções de doença e cura que estavam vinculadas à religião, como também os costumes, crenças e formas de lazer. Já

os últimos estavam adaptados à luta de classes moderna, eram, em grande medida, politizados, e lutavam através de organizações de classes. E é por isso que sua entrega a essa luta contra a vacina não é tão grande como foi por parte dos primeiros, o que, *a priori*, parece nos levar a um contrassenso, pois justamente aqueles “sem consciência de classe”, sem vínculos com partidos e organizações de classes, como os sindicatos, são os que dão maior demonstração de resistência e luta contra o poderio do Estado, enquanto aqueles, que em tese, estariam associados a “verdadeira luta de classes”, não demonstram tanto interesse ou persistência como as “classes perigosas”.

Essa distinção, não obstante, é negligenciada por outros autores, até porque quando se usa a palavra: “populares” para referir-se aos amotinados, a tendência é ocultar a heterogeneidade da gênese social presente no evento. Um ótimo exemplo de como as “classes perigosas” estavam sendo mais prejudicadas do que qualquer outra em relação às políticas de “modernização” realizadas na capital federal é o relato que Carvalho nos traz de um delegado da saúde que descreve sua atuação no Distrito da Saúde: “Procurei sempre, por meio de rigorosas intimações, extinguir muitas (habitações coletivas) que funcionavam irregularmente, quer por falta de condições higiênicas, quer por não possuir a licença da prefeitura” (CARVALHO, 1987, p. 94).

O curioso é que o relato se refere a uma região conhecida por ser reduto de baianos e candomblés e por ter sido palco de destaque durante a Revolta. A Saúde, bairro da região portuária carioca, era próxima dos bairros onde diversos cortiços e estalagens foram demolidos, onde famílias foram despejadas de suas moradias, o que demonstra que o alvo preferencial do projeto de saneamento dirigido por Oswaldo Cruz era os mais pobres, e, conseqüentemente, a ira destes tenderia a aumentar cada vez mais.

É interessante notar o aspecto simbólico da Revolta da Vacina – os amotinados, além de confrontar-se bravamente com a polícia e a força do estado em uma condição de vida ou morte, atacavam e destruíam a própria cidade. Em um contexto onde as obras urbanas foram intensificadas com o projeto do presidente da república Rodrigues Alves (1902-1906) visando ampliar a oferta de postos de trabalhos, com o alargamento das ruas, ampliação do setor de transporte, e, de modo geral, visando à realização de uma “reforma urbana”, no sentido de “modernizar” a cidade do Rio de Janeiro, a destruição de bondes, da iluminação elétrica, de combustores de gás, as calçadas revolvidas como forma de

construir barricadas, tudo expressa evidentemente uma rigorosa oposição ao projeto da classe dominante.

A citação a seguir reveladora e confirma o que se atesta até então, expondo claramente a divisão social entre a categoria dos assalariados:

Outra explicação atribui a razão da revolta à reforma urbana. Mas a reforma não aparece como objeto da ira popular. (...) Uma das poucas referências à reforma que nos foi possível localizar em jornal operário não é de crítica às obras em si, mas antes reclamação contra a exploração dos que nelas trabalham. O libertário, jornal anarquista, considera as obras “melhoramento material de incontestável valor”, julgando ridículo o salário e excessivo o trabalho noturno. De fato, a irritação maior do comentarista é contra o que chama de passividade e inconsciência dos trabalhadores que tinham feito festa para Paulo de Frontin no dia da inauguração do eixo central: “Irra! Já é não ter consciência. (CARVALHO, 1987, pp.129-130).

Destruir toda a malha urbana de uma cidade, para Carvalho (1987), parece não representar a “ira popular”; parece-nos, no entanto, a destruição da cidade é prova cabal de um enorme descontentamento de uma parcela da sociedade. A “irritação” do anarquista que escrevia ao jornal “O libertário” decorria de um equívoco natural, que até hoje é presente nas análises feitas sobre os comportamentos da classe trabalhadora. A festa que os trabalhadores fizeram devido à conclusão da obra é exatamente a manifestação de sua consciência, é muito semelhante às festas em fins da colheita realizadas pelos camponeses ingleses no século XVIII descritas por Thompson (1998); trata-se de um momento de êxtase, onde as diferenças sociais são, mesmo que momentaneamente, esquecidas em prol da confraternização entre aqueles que participaram de alguma forma da produção. O que se tornou irritante foi o fato dessa consciência não corresponder àquela que o anarquista esperava que os operários tivessem. Esta consciência de classe que geralmente os teóricos esperam que os operários tenham para que somente assim atribuam a ele um papel ativo é, ainda hoje, para alguns, o que levaria o proletariado a tomar parte na luta de classes; contudo, na realidade observada empiricamente, a consciência real está dramaticamente distante da desejada ou idealizada.

No dia 13 de novembro de 1904, reuniu-se na Praça Tiradentes, no antigo Ministério da Justiça, uma comissão que definiria qual projeto iria entrar em vigor. No entanto, à medida que se confirmava que iria aprovar-se a obrigatoriedade da vacina por lei, não importavam mais os detalhes em torno, se seriam mais ou menos rigorosos na aplicação, a revolta já estava armada. E foi o que se deu durante todo o dia. Mas, ainda em relação ao aspecto simbólico da revolta, o número de mortes comparado ao prejuízo

material alcançado neste primeiro dia é absurdamente distante, como demonstra Carvalho:

No fim da noite, a Companhia Carris Urbanos já contava com 22 bondes destruídos. A Companhia do Gás informava que mais de 100 combustores tinham sido danificados e mais de 700 inutilizados. Entre os feridos estavam vários populares e doze praças da polícia. Havia pelo menos um morto. (CARVALHO, 1987, p. 104).

Classe: experiência e consciência

Voltemos à questão da identidade social dos amotinados. Uma vez feita a distinção entre “classes perigosas” e “trabalhadores organizados politicamente”, torna-se importante observar como os cidadãos contemporâneos do episódio viram a Revolta da Vacina. Carvalho (1987) utiliza-se de fontes diversas, como jornais da época, para examinar o problema, e entre estes encontram os textos publicados em *O Paiz*, jornal governista, que seguiria a seguinte linha editorial:

Logo após o frustrado levante militar, refere-se a povo, populares, operários e “pobre gente explorada”, exceto o pessoal da Saúde, que seria composto de facínoras disfarçados de marítimos. (...) A tendência geral, refletindo posição governista moderada, era ver a revolta como exploração inescrupulosa da população ignorante, e atribuir a ação de rua às classes perigosas.” (CARVALHO, 1987, pp.114-115).

Esta visão expressa pelo jornal será disseminada em outros veículos de comunicação, e também, em tom mais radical, no relatório do chefe de polícia, Cardoso Castro². Um dos positivistas que presidia as reuniões no Centro das Classes Operárias foi um dos poucos a serem processados em decorrência da Revolta. A tendência aqui também foi de processar apenas civis da elite que de alguma forma estavam vinculados aos acontecimentos. No caso de Vicente de Souza, recaía sobre ele a culpa de ter “explorado” e “manipulado” a parcela ignorante do Rio de Janeiro; contudo, sua defesa às acusações deixa evidente a que classe pertencia, pois demonstrava o mesmo preconceito a atribuir às “classes temerosas” a ação violenta das ruas, expondo, dessa forma, a mentalidade da classe dominante da época: que existia uma classe indisciplinada, que agia com objetivo de provocar a desordem na cidade.

² Segundo ele, o povo do Rio era ordeiro e não se envolvia nos distúrbios. A mazorca, liderada na rua por Vicente de Souza, fora obra de uns dois mil vagabundos recalcitrantes, presos e condenados várias vezes, que fingiam de povo. (CARVALHO, 1987, p.115).

Naturalmente a maioria dos observadores concluía à época que os que resistiam mais violentamente eram ou “explorados” por os considerarem ignorantes, ou “afeiçoados à desordem”. No entanto, esta visão não dá conta dos antagonismos que permeiam o episódio. Cremos que não seja nem um, nem outro. Considerar os amotinados como ignorantes é retirar-lhes a consciência de classe, ou seja, o papel ativo como agente histórico que atua conscientemente. Entretanto, será possível afirmar que os amotinados, ou uma parcela deles, detinham consciência de classe? É pertinente aqui problematizarmos, mesmo que brevemente, o conceito de “classe”, que geralmente nos leva a dificuldades enormes, antes de respondermos a esta questão.

Thompson (1987) vê classe não como uma entidade abstrata ou uma categoria universal, não a vê como tendo uma existência individual e independente, mas como sendo um “fenômeno histórico” e, conseqüentemente, tendo uma “relação histórica”. Classe, para o historiador, é algo que efetivamente acontece, “[...] (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.”³ Dessa forma, rejeita-se toda concepção de classe universal – sendo sua existência um “fenômeno histórico”, sua relação também precisa estar encarnada em pessoas e em contextos reais. Sua consciência de classe, portanto, é formidavelmente visualizada se examinarmos novamente a epígrafe desta seção; estes homens partilham “experiências em comum”, e, na Revolta, principalmente na Saúde, expressam essa “articulação” da “identidade de seus interesses entre si contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”. Thompson (1987) facilita o entendimento do que é “experiência de classe” e “consciência de classe”, no prefácio do seu livro *A formação da classe operária Inglesa*, da seguinte forma:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Para que não haja equívocos, é importante demonstrar que os “não brancos”, portanto as “classes perigosas”, pertenciam a um mesmo estrato social, e poucos conseguiam ascender socialmente, diferentemente do que ocorria com os imigrantes. Através dos dados da estrutura ocupacional dos estrangeiros e negros no Rio de Janeiro de 1890, é possível confirmar a tese acima:

³ Ver: (THOMPSON, 1987, p. 09)

Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas [...]. Enquanto isso, 48% dos não brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas de criação agrícolas. (CHALHOUB, 2012, pp .80-81).

O que pode ser extraído desses dados é que a República fundada em 1889 no Brasil, e no caso específico do Rio de Janeiro, jamais provocou uma alteração da condição social do negro no país. A sua “subordinação social” se manteve, enquanto os demais estrangeiros puderam, em um cenário de competitividade no mercado capitalista recente, ascender economicamente sem muitas dificuldades. Isso significa que muito dessa “experiência de classe” foi determinada pela forma como a sociedade brasileira tratou os libertos, portanto ex-escravos, após a abolição da escravatura em 1888, marginalizando-os de tal maneira que acabara por contribuir efetivamente para o fortalecimento de sua identidade social e, conseqüentemente, para uma consciência de classe que lhes informava a respeito da vacina, e de modo geral, “das concepções de doença e cura”.

Obviamente que a Revolta abrangeu diversos setores da sociedade que tinham motivações e interesses diferentes no conflito. Entre eles estavam os “trabalhadores organizados politicamente”. Parte destes participava em grande medida das reuniões convocadas no Centro das Classes Operárias, principal organização contra a obrigatoriedade da vacina, sempre dirigidas por políticos positivistas, como Lauro Sodré e Vicente de Souza. Por mais que esses operários e trabalhadores se enquadrassem na luta moderna de classes, há um elemento que deve ser ressaltado neste episódio, que servirá também de análise do comportamento inicial da classe operária carioca. O primeiro elemento pertinente à análise é a orientação ideológica e política dos operários deste período. Nesse sentido, Carvalho, ao examinar o comportamento do movimento operário no ano que precedeu a Revolta, cuja atuação deu-se em confronto direto com a polícia, e de certa maneira, partilhou semelhanças com o episódio de 1904, tornou evidente que:

A divisão do movimento operário ficou clara. De um lado, estava o Centro, que manteve a linha tradicional de solucionar os conflitos através de acordos com as autoridades. De outro, as associações operárias de postura mais radical, contrárias à interferência da política, que logo depois fundariam a Federação das Associações de Classe. (CARVALHO, 1987, p. 122).

Portanto, a participação do operariado carioca na Revolta da Vacina tem duplo significado em decorrência da disparidade verificada enquanto estratégia de luta para

ampliação dos direitos políticos e sociais. Havia a ala mais radical, fundamentada no princípio do anarco-sindicalismo europeu, que tinha como tática a luta econômica, ou em outras palavras, o ataque ao capital, leia-se empregadores, por meio de greves e paralisações, sem vínculos com partidos e membros do estado burguês. E do outro lado, uma ala que se unia aos políticos, e por meio da mediação destes tentava conquistar melhorias nas suas condições de trabalho. Esse ambiente plural de luta, de antagonismos irreconciliáveis foi, sem dúvida alguma, um fator que comprometeu a luta operária no Rio de Janeiro na medida em que impedia a coesão entre os membros dessa categoria social, salvo em momentos excepcionais.

Dito isto, temos de concordar que a participação do operariado carioca, de modo geral, é expressiva, tanto no calor do momento, como nos que precedem o evento: foram cerca de dez mil representações enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1904 contra a vacina, assinadas por operários das mais variadas ocupações.

É evidente que a República Velha tornou-se alvo preferencial de membros dos setores militares e políticos, descontentes com o que ela estava se tornando, considerando-a corrompida pelos que estavam no poder, e que a única forma de “regenerá-la” era derrubar os “fazendeiros” que ali se instalaram. Portanto, toda medida impopular tomada por essa elite dominante era vista como uma oportunidade pelos conspiradores de tradição florianista. Com a Revolta da Vacina não foi diferente. O Centro das Classes Operárias funcionava no sentido de mobilizar os operários do estado com o objetivo de alcançar legitimidade popular quando se empreendesse efetivamente o golpe de estado. Contudo, como vimos acima, não eram todos os operários que frequentavam o Centro, considerado por muitos dos operários fabris e artesãos como um “clube de políticos” e não uma organização de trabalhadores.

Motivações dos revoltosos

[...]Tudo passa com os anos, tudo, a proteção romana e a tolerância carioca; tudo passa com os anos... ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos! BOAS NOITES. (CHALHOUB, 1996, p. 166).

A realidade carioca em 1904 era muito mais complexa do que normalmente imaginamos. A conclusão de Carvalho (1987) em relação à motivação dos revoltosos leva-nos, muitas vezes, propositalmente ou não, a conceber equivocadamente “populares” como uma entidade homogênea, embora sejam em termos pecuniários. A dramática distância que separava esses populares na realidade observada é um fato inegável, e já extensivamente exposto acima. Isto, no entanto, não invalida o esforço de procurar elementos que interligavam frações sociais tão distintas a lutarem em conjunto. Mas cabe a nós a percepção aguçada de problematizar a tese do “guarda chuva moral”⁴, proposta por Carvalho.

A “ideologia do protesto”, fenômeno que segundo Carvalho (1987) é observado na Revolta da Vacina, seria a “convergência” de valores “burgueses” com valores “populares”, ou em outras palavras, “modernos” e “tradicionais”, “contra a interferência do governo além de limites aceitáveis”. E novamente, partindo sempre do ponto de vista da luta de classes, a “burguesia” como classe e, portanto, como “fenômeno histórico”, não se reduz apenas a uma única forma de expressão de suas ideias, valores e crenças. Basta observarmos que o diretor do Serviço Público de Saúde, Oswaldo Cruz, não enxergava nenhum problema nas medidas sanitárias elaboradas por ele e pelo governo, muito menos Rodrigues Alves, e o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos. Nenhum deles acreditava que a obrigatoriedade da vacina feria os princípios liberais de governo não intervencionista; caso fosse o contrário, jamais decretariam uma lei como esta. Referimos exclusivamente aqui a existência de frações da classe dominante. Aos populares aplica-se a mesma regra, sobretudo em um país como o nosso, que é constituído de diversas culturas, responsáveis, por sua vez, pela formação e experiência da sociedade.

Em 1890, segundo censo demográfico do Rio de Janeiro, 34% da população eram negros. O que sabemos de sua experiência social urbana, crenças, valores, tradições? Questões como essa são surpreendentemente relevantes para o entendimento da Revolta da Vacina. A resposta evidentemente não é simples; todavia, não é responsável ignorar a enorme variedade cultural em relação às concepções de doenças e curas da população brasileira, sobretudo àquelas de raízes africanas, que os informava a respeito das causas das moléstias e, imediatamente, lhes auxiliava nos procedimentos de cura. Um fator que pode levar-nos adiante nessas indagações é a crônica de Machado de Assis, publicada em

⁴ “Parece-nos que o motivo da dimensão e profundidade da Revolta da Vacina está exatamente no aspecto que a caracterizava – a justificação moral.” (CARVALHO, 1987, p.135)

junho de 1889, onde o ex-relojoeiro Policarpo, em um tom excessivamente nostálgico, narra os problemas de sua época, extremamente pertinentes a nossa análise, da seguinte maneira:

[...] Curandeiros por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, políticos, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão. Escondem-se; vão por noite negra vias escuras levar a droga ao enfermo, e, com ela, a consolação. São pegados, é certo, mas por um curandeiro aniquilado, escapam quatro e cinco. (CHALHOUB, 1996, p. 165).

O texto é lido por Chalhoub (1996) como um “testemunho histórico legado por Machado de Assis”, que certamente elucida o problema aqui em questão. A crônica deixa claro que em 1889 havia uma perseguição à “classe interessante” dos curandeiros. E também demonstra que, em outros tempos, como em 1841, os curandeiros podiam se expor nos jornais sem nenhum receio de serem presos.

O primeiro fator a ser extraído desse fragmento é que, mesmo que os curandeiros tivessem se tornado alvos da “imprensa, políticos, particulares”, o “governo da multidão”, ainda lhes pertencia, isto é, sua prática ainda era largamente disseminada entre o povo carioca em 1889, contudo estava seriamente comprometida. Segundo, é fato inegável que se iniciou em meados da década de 1870 um

[...] acirramento da atuação do poder público contra as práticas e concepções populares sobre doença e cura. [...] a observação de Policarpo de que aos curandeiros cabia ainda “o governo da multidão” nos remete, por um lado, à necessidade de inserir os debates e as práticas higienistas no conjunto de medidas coevas destinadas a arrancar às classes trabalhadoras a possibilidade de práticas políticas e culturais autônomas. (CHALHOUB, 1996, pp. 167-168).

Esse processo de “acirramento do poder público” contra os curandeiros é trabalhado minuciosamente pela historiadora Gabriela dos Reis Sampaio, ao observar, por exemplo, o campo de batalha em que se confrontaram, durante todo o século XIX, intensificando-se na segunda metade, de um lado, os médicos oficiais do Império, formados nas faculdades de medicina brasileira e integrantes da Academia Imperial de Medicina, e, do outro, quem detinha ainda o “governo da multidão”, os “charlatões”: “Essa categoria abrangente que era utilizada por intelectuais médicos para qualificar toda e qualquer medicina diferente da sua, desde curandeiros, espíritas e boticários até homeopatas [...]” (SAMPAIO, 2001, p. 25), constituindo assim um quadro histórico persistentemente conflitante, desenrolando-se “nas trincheiras da cura” uma verdadeira luta de classes. Nos últimos anos do século XIX, a imprensa, que até então havia

desempenhado papel ambíguo em relação às práticas “ilegais” de medicina, dando em certas ocasiões espaços de publicidade para os curandeiros, e em outros casos pregando em favor da “verdadeira medicina científica”, passa a adotar acentuadamente as diretrizes propagadas pelos médicos em uma verdadeira “cruzada anti-charlatanismo”, exigindo das autoridades maior rigor contra o que chamavam de “embusteiros”, como foi o caso do famoso curandeiro de Niterói, conhecido como Marius.

Entende-se a esta altura que a obrigatoriedade da vacina, e sua conseqüente reação, pelo menos para as classes perigosas, residia numa flagrante tentativa de extirpar destes toda e qualquer cultura autônoma e independente de prática de cura, obrigando-os a aceitarem as práticas oficiais de medicina. Nesse sentido, para além do temor, em grande parte instigada por políticos com segundas intenções, devido à entrada de agentes públicos no interior dos lares em horários em que os “chefes de família” estariam trabalhando, encontra-se, sobretudo, a imposição de uma concepção de cura não familiar a muitos indivíduos da época que iam, sem dúvidas, contra suas formas tradicionais de lidar com a doença.

Prata Preta, negro, estivador, capoeira e principal “líder” da Revolta no bairro da Saúde, é um exemplo perfeito para a análise aqui feita devido ao seu protagonismo e destaque no conflito. Segundo estatísticas criminais de 1904, durante e após a Revolta da Vacina, foram presos 945 pessoas, das quais 461 foram deportadas. Cada deportado tinha sido preso ao menos quatro vezes. Entre os crimes estavam 1535 contravenções e 317 crimes (141 contra a pessoa, e 176 contra a propriedade). Esse enorme número de contravenções derivava do que se considerava contravenção na época, como vadiagem, embriaguez, capoeira, entre outras. É bem provável, conforme se previa em um famoso “Projeto de Repressão à ociosidade”, discutido no Congresso Federal pelos parlamentares em junho de 1888, a pena de trabalhos forçados àqueles que fossem pegos em estado de vadiagem, que estes 461 presos tenham sido deportados para trabalharem em colônias agrícolas, ou em seringueiras, como foi o caso de Prata Preta⁵, para serem “reeducados”, “disciplinados”, e aprenderem forçosamente que o trabalho era a “lei suprema” da sociedade civilizada

⁵ “São todos enviados à Ilha das Cobras, espancados, amontoados em navios- prisão e deportados para o Acre, a fim de trabalharem nos seringais. Muitos não chegam ao seu destino e morrem durante a viagem.”
Fonte: < <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta2.html> >

Considerações finais

Podemos dizer que o período aqui abordado representa a recente consolidação de uma política de dominação que vinha desde meados de 1870 buscando seu espaço. É também o período onde as relações burguesas-capitalistas consolidam-se. A “tolerância carioca”, mencionada na crônica, é uma referência à ordem dominante durante o regime imperial⁶; isto, no entanto, não quer dizer que os políticos e particulares não reprimissem manifestações culturais populares, quer dizer, de fato, a repressão institucional não era necessária, pois as relações paternalistas tornavam desnecessário que o governo interviesse na autoridade dos senhores.

Contudo, a ideologia dominante desta época aos poucos se tornou ineficaz e débil segundo, e unicamente, para os promotores da ideologia da higiene. A ciência higiênica pressupunha uma “administração competente”, leia-se apolítica, isto é, a despolitização do exercício da coisa pública.

Conclui-se, portanto, que a Revolta da Vacina ia além da própria obrigatoriedade que a Lei iria impor. Os números dos vacinados nos anos anteriores à Revolta aumentava vertiginosamente, a reação e a entrega total ao conflito variaram conforme o grupo social que adentrava a arena da luta. O que pôde ser verificado, de forma generalizada, foi uma característica presente na história brasileira, especialmente no que diz respeito às rebeliões e revoltas, e permanente até hoje, que é o comportamento reativo das classes trabalhadoras, algo similar ao que Thompson (1998) demonstra no livro *Costumes em Comum*, analisando os trabalhadores ingleses do século XVIII. As classes trabalhadoras, principalmente aquelas constituídas de fortes elementos culturais tradicionais, rebelavam-se para não perder o direito dos usos costumeiros. Foi essa ameaça que fez com que especialmente as classes perigosas reagissem a um projeto de dominação que visava eliminar todo e qualquer elemento cultural que impedisse a entrada do país para o círculo dos países desenvolvidos; o progresso não admitia “sobrevivências culturais”, pois estas eram antagônicas à civilização.

⁶ “[...] o narrador invariavelmente adota a interpretação de que teria havido um aumento da intolerância do poder público para com as culturas populares. Ora tal versão é uma intervenção política datada, construída num contexto histórico específico: na luta entre projetos diferenciados de dominação social, e na necessidade de os vencedores produzirem justificativas para política de repressão [...] criou-se a representação de um tempo passado no qual teria havido maior convivência com diferenças culturais.” (CHALHOUB, 1996, p.183-184)

ABSTRACT

The present article aims to enter the episode of the "Vaccine Revolt" in a bibliographical discussion capable of elucidating aspects and factors that contribute to an explanatory theoretical construction of it. The following approach is an integral part of a broader work, and because of this, it is limited to exclusively analyzing the episode. Emphasis is given to discussions of the social groups in the riot, their social experiences in the Federal District (Brazil) and, above all, the possible causes responsible for taking a large group of demonstrators to the streets in a fierce struggle against the police force of the Rio de Janeiro in 1904.

KEY WORDS

Vaccine Revolt. Modernization. Social History.

Referências

CHALHOUB, S.. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Unicamp, 2012.

_____. **Cidade febril**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CARVALHO, J. M.. **Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a república que não foi**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1987.

MARX, K.. **O Capital – Tomo II**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX. K. e ENGELS. F.. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

SAMPAIO, G. R.. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. São Paulo: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**. Rio de Janeiro: Cia das letras, 1998.

THOMPSON, E. P.. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.